



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - 0044

[2001 a 2500 processos]

Em 28 de setembro de 2020, a Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, Desembargadora **MARIA MADALENA DE OLIVEIRA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária Telepresencial na Unidade, conforme Edital CR N° 6/2020, divulgado em 12/8/2020 no DEJT (Edição 3036/2020 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 1002/1003). Presentes, por videoconferência, a MMa Juíza Titular ADRIANA FONSECA PERIN e o MMo Juiz Substituto Auxiliar Fixo SIDNEY PONTES BRAGA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correccionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Adriana Castello Branco Pannoni Maricato Deffente, Luciano Marcelo Christ, Luís Cláudio da Silva, Nivia Silva Pedrosa Franceschi, Renato de Carvalho Miatto e Suely Suzuki.
Jurisdição Atendida:	BADY BASSITT, IPIGUA, MIRASSOL, NOVA GRANADA, ORINDIUVA, PAULO DE FARIA, SAO JOSE DO RIO PRETO, UCHOA, POTIRENDABA, PALESTINA, ONDA VERDE, NEVES PAULISTA, JACI, CEDRAL, GUAPIACU
Lei de Criação:	7.741/86
Data de Instalação:	16/07/1987
Data de Instalação do PJE:	26/03/2014
Data da Última Correição:	11/11/2019
Acervo Físico/Acervo Total:	
Acervo PJe/Acervo Total:	100 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ADRIANA FONSECA PERIN	26/07/2010

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
18/11/2019 a 17/12/2019	FERIAS
15/06/2020 a 14/07/2020	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2019 a 17/09/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	15/07/2020 a 13/08/2020
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	14/08/2020 a 16/08/2020

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RODRIGO FERNANDO SANITA	15/06/2020 a 14/07/2020

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
SIDNEY PONTES BRAGA	08/01/2018 a 22/09/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
16/10/2019 a 14/11/2019	FERIAS
15/07/2020 a 13/08/2020	FERIAS
16/09/2020 a 22/09/2020	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/08/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADA LIGIA TABARINI MACHADO GOMES	TJA	FC-04 CALCULISTA	27/04/1994
ALEXSANDRA BARBOSA DE SOUZA GUARNIERI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	15/01/2018
CARLOS HENRIQUE PAIVA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	26/09/2011
EDER SANDOVAL CENEVIVA	TJA	-	13/08/2018
LUCIANA BASSI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	02/08/1999
MARCUS VINICIUS PRISCO DOS SANTOS	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	12/04/2014
MATHEUS ESPINOSA DA SILVA	AJJ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	12/08/2015
ROBERTA DE FATIMA REBOLLO OHATA	TJA	-	04/11/2002
SOLANGE ANTONIA CEZARO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	03/06/2019
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			9
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			0



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [11/2019 a 08/2020]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	3
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	14
LICENÇA LUTO	8
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	6
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	1
TOTAL	32



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/08/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
SEBASTIAO RODRIGUES DE OLIVEIRA JUNIOR	CENTRO UNIVERSITARIO RIO PRETO	01/10/2018



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/08/2020]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ADRIANA FONSECA PERIN	76
RODRIGO FERNANDO SANITA	5
SIDNEY PONTES BRAGA	25

SERVIDORES	HORAS
ADA LIGIA TABARINI MACHADO GOMES	5
ALEXSANDRA BARBOSA DE SOUZA GUARNIERI	29
CARLOS HENRIQUE PAIVA	8
EDER SANDOVAL CENEVIVA	279
LUCIANA BASSI	27
MARCUS VINICIUS PRISCO DOS SANTOS	105
MATHEUS ESPINOSA DA SILVA	124
ROBERTA DE FATIMA REBOLLO OHATA	24
SOLANGE ANTONIA CEZARO	8



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	632	1.108	806
	Aguardando encerramento da instrução	762	826	1.216
	Aguardando prolação de sentença	5	34	18
	Aguardando cumprimento de acordo	256	344	294
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.537	1.742	1.531
	Pendentes de finalização	3.191	4.052	3.864
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	432	463	410
	Liquidados pendentes de finalização na fase	278	322	286
	Pendentes de finalização	710	785	696
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	2.140	1.771	1.891
	Encerrados pendentes de finalização na fase	99	274	244
	Pendentes de finalização	2.239	2.045	2.135
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	7	11
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	1	115	76
TOTAL		6.141	7.004	6.782

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	289	600	488
	Aguardando encerramento da instrução	979	686	1.335
	Aguardando prolação de sentença	50	146	97
	Aguardando cumprimento de acordo	386	432	420
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.804	1.725	1.698
	Pendentes de finalização	3.507	3.590	4.038
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	66	93	78
	Liquidados pendentes de finalização na fase	698	660	734
	Pendentes de finalização	764	753	812
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.865	1.570	1.693
	Encerrados pendentes de finalização na fase	187	247	208
	Pendentes de finalização	2.053	1.826	1.901
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	9	1
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	89	21
TOTAL		6.324	6.267	6.772



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	159	165	14
Tutelas Provisórias	259	214	53
Incidentes na Liquidação/Execução	151	106	81
TOTAIS	569	485	148

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	239	238	25
Exceções de Incompetência	8	6	29
Antecipações de Tutela	288	276	18
Impugnações à Sentença de Liquidação	33	22	24
Embargos à Execução	110	113	29
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	1	0	1
Exceções de Pré-Executividade	0	6	2
TOTAIS	679	661	128



6 - RECURSOS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	603	627	121
Recurso Adesivo	31	34	10
Agravo de petição	224	157	76
Agravo de Instrumento	58	29	14
TOTAIS	916	847	221

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	922	890	114
Recurso Adesivo	46	61	29
Agravo de petição	219	249	40
Agravo de Instrumento	53	9	86
TOTAIS	1.240	1.209	269



7 - PRAZOS MÉDIOS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	437	100	174	141
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.143	331	354	404
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.161	354	396	421
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	789	11	37	21

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	440	221	237	260

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	225	648	787	864
Do início ao encerramento da execução - ente público	36	325	788	435
Total / Média	261	604	788	812

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	732	159	190	165
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.504	464	434	491
Total / Média	2.236	364	355	378

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	726	161	202	175
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.482	472	458	499
Total / Média	2.208	370	375	385

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	393	4	30	22
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.023	16	41	29
Total / Média	1.416	13	38	27

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	131	190	216	222
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	500	226	262	283
Total / Média	631	219	253	268

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	193	1.707	1.661	2.072
Do início ao encerramento da execução - ente público	37	587	1.161	1.048
Total / Média	230	1.527	1.583	1.890

*Do início até a extinção da execução



8 - MAIORES IDADES MÉDIAS [até 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ITEM	PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE (DIAS)
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	0011796-23.2014.5.15.0044	26/05/2015	17/12/2014	2084
Do Início ao Encerramento da Liquidação	0175000-59.2008.5.15.0044	10/03/2014	31/10/2008	2366
Do Início ao Encerramento da Execução	0010600-58.1990.5.15.0044	13/08/1991	10/01/1990	10611

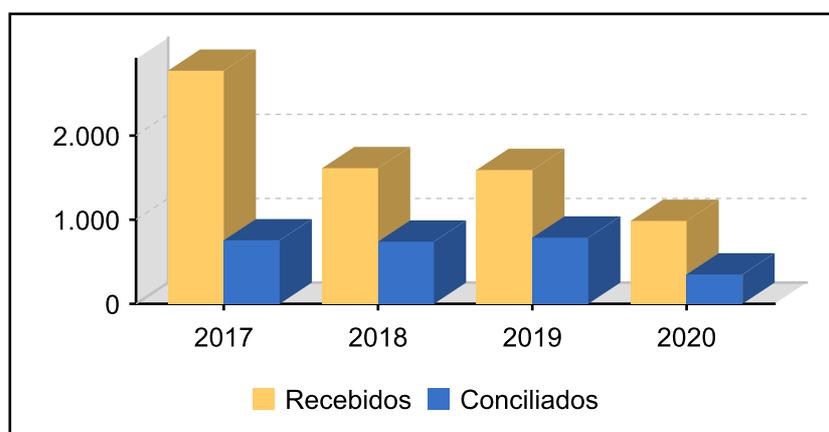


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

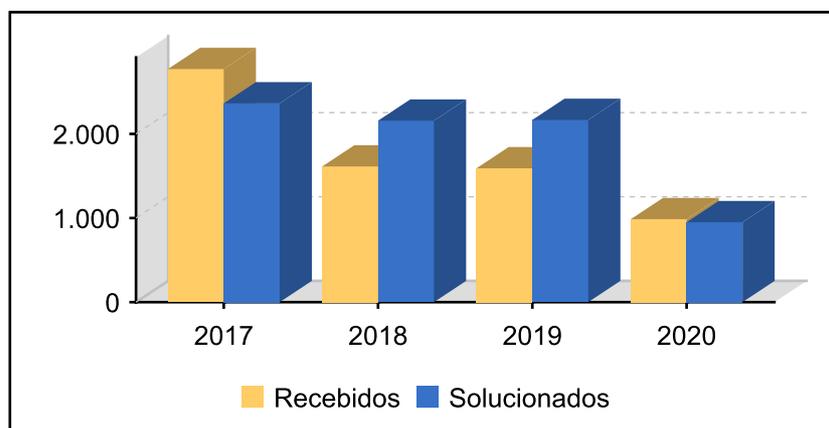
9.1 - Índice de conciliações [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2017	2.771	755	27,25
2018	1.613	739	45,82
2019	1.591	787	49,47
2020	986	349	35,40



9.2 - Índice de soluções [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2017	2.771	2.363	85,28
2018	1.613	2.157	133,73
2019	1.591	2.166	136,14
2020	986	950	96,35



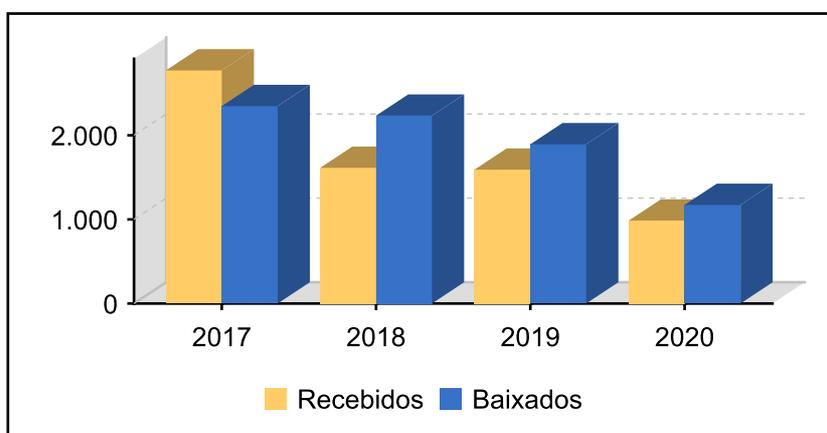


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

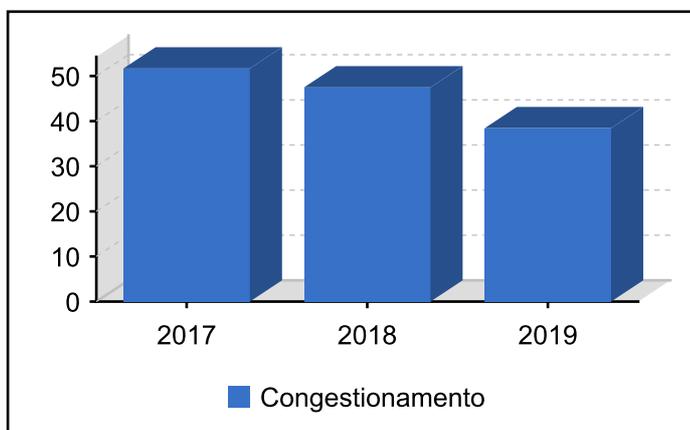
9.3 - Índice de baixas [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2017	2.771	2.347	84,70
2018	1.613	2.233	138,44
2019	1.591	1.893	118,98
2020	986	1.172	118,86



9.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2017	2.118	2.771	2.363	51,67
2018	2.494	1.613	2.157	47,48
2019	1.927	1.591	2.166	38,43

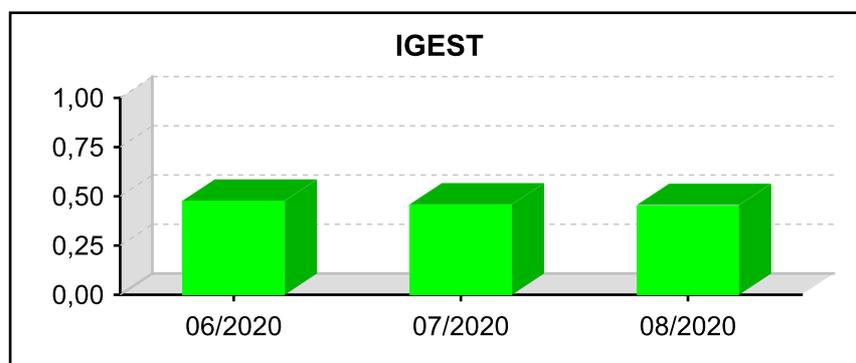
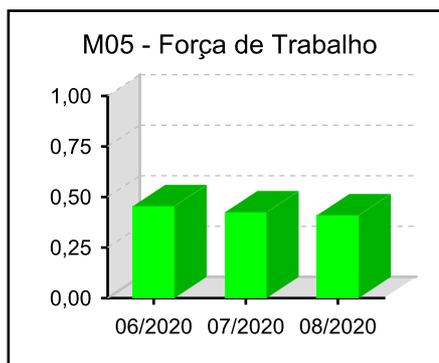
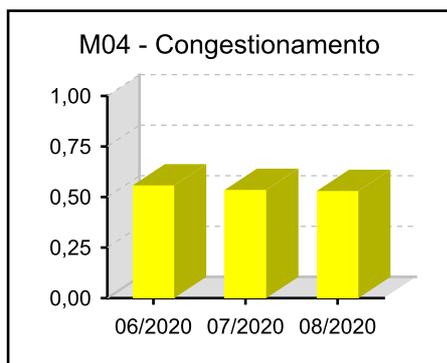
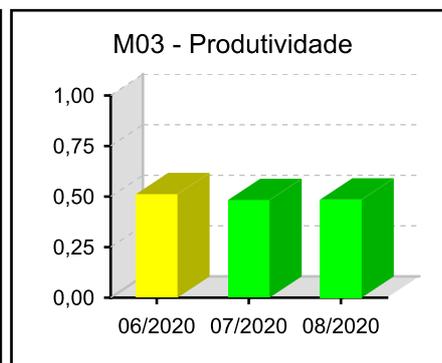
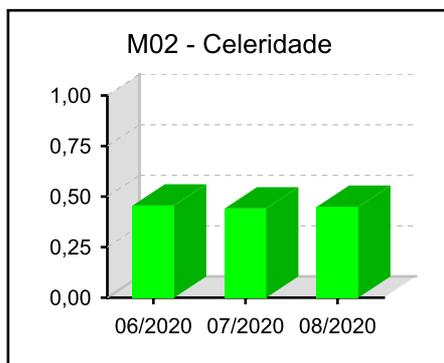
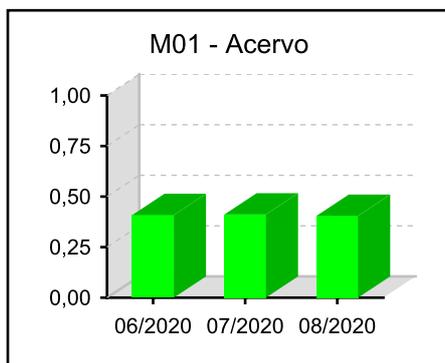




10 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
06/2020	0,4089	0,4558	0,5121	0,5574	0,4548	0,4778
07/2020	0,4115	0,4414	0,4831	0,5353	0,4248	0,4592
08/2020	0,4048	0,4496	0,4856	0,5301	0,4100	0,4560





11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	552	46,0	24,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	788	65,7	35,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.340	111,7	59,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	229	19,1	10,2
Incidentes Processuais Resolvidos	627	52,3	27,9
Dias-Juiz	675	56,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	29.670	57,5	33,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	40.914	79,3	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	70.584	136,8	78,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.166	15,8	9,1
Incidentes Processuais Resolvidos	35.270	68,4	39,3
Dias-Juiz	26.931	52,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	80.087	43,6	29,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	114.306	62,3	42,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	194.393	105,9	72,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	22.983	12,5	8,5
Incidentes Processuais Resolvidos	95.965	52,3	35,7
Dias-Juiz	80.671	43,9	---

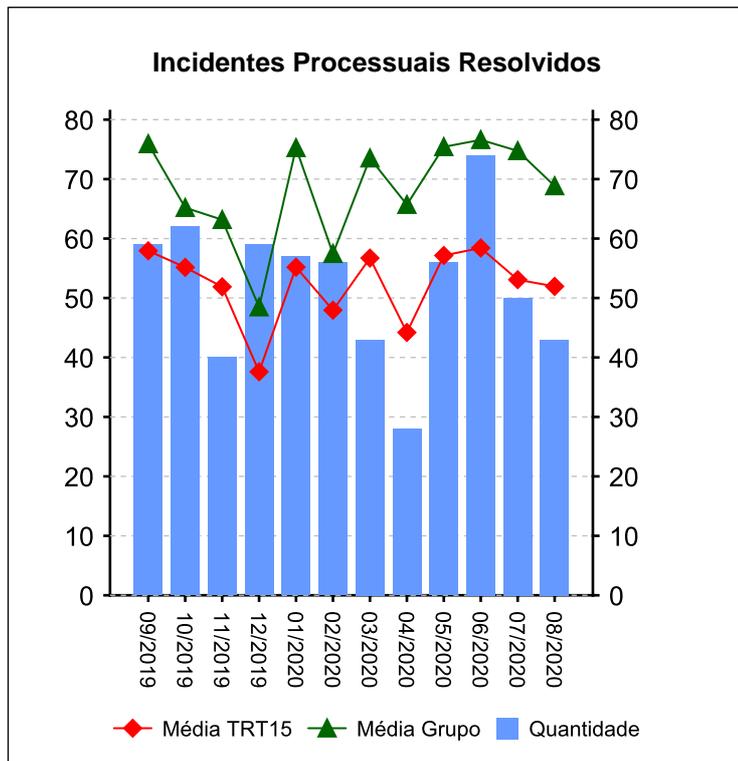
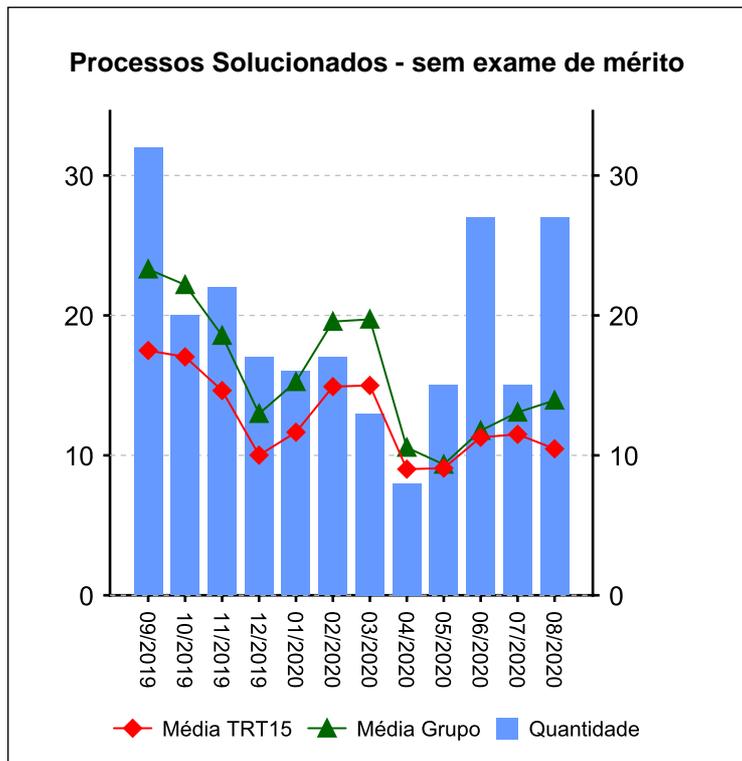
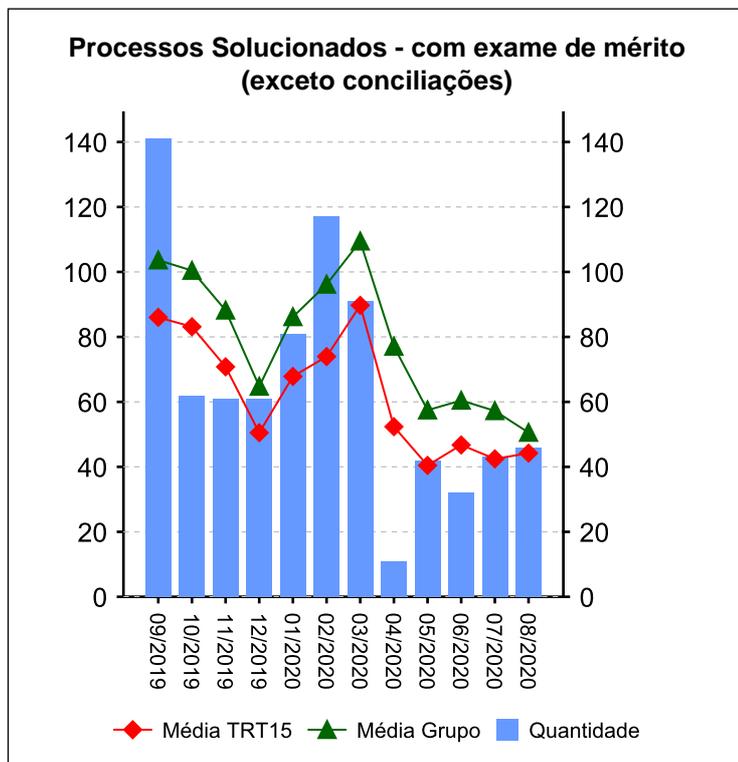
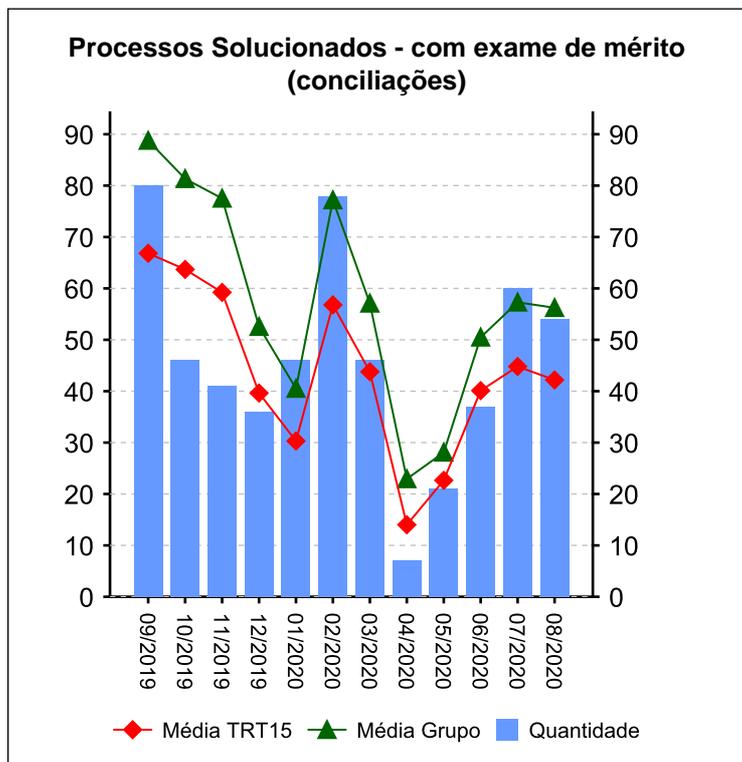
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	248	20,7	11,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	420	35,0	18,7
Sessões de audiência realizadas - una	291	24,3	12,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	244	20,3	10,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	355	29,6	15,8
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	711	59,3	31,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	599	49,9	26,6
Dias-Juiz	675	56,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	26.931	52,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	80.671	43,9	---

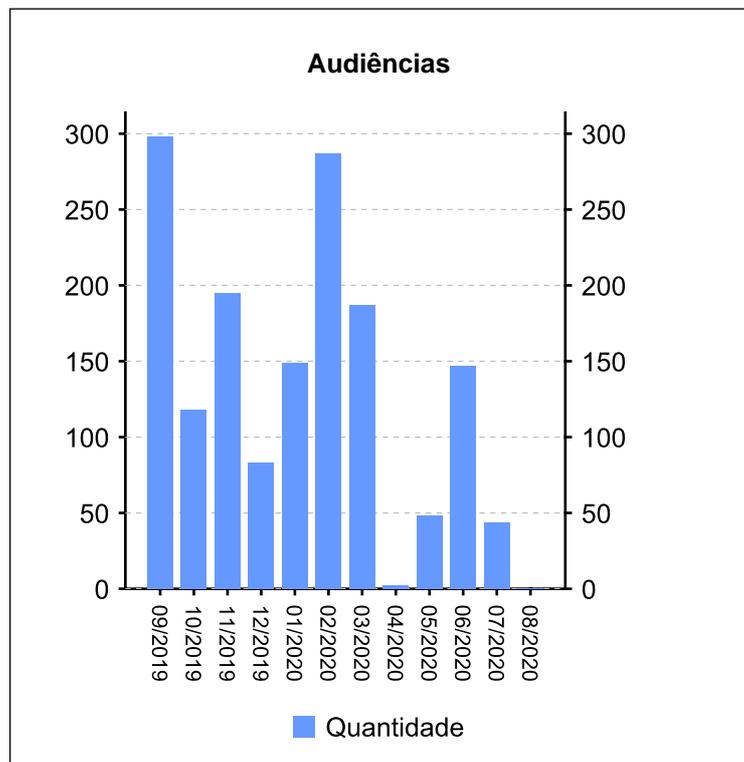


11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

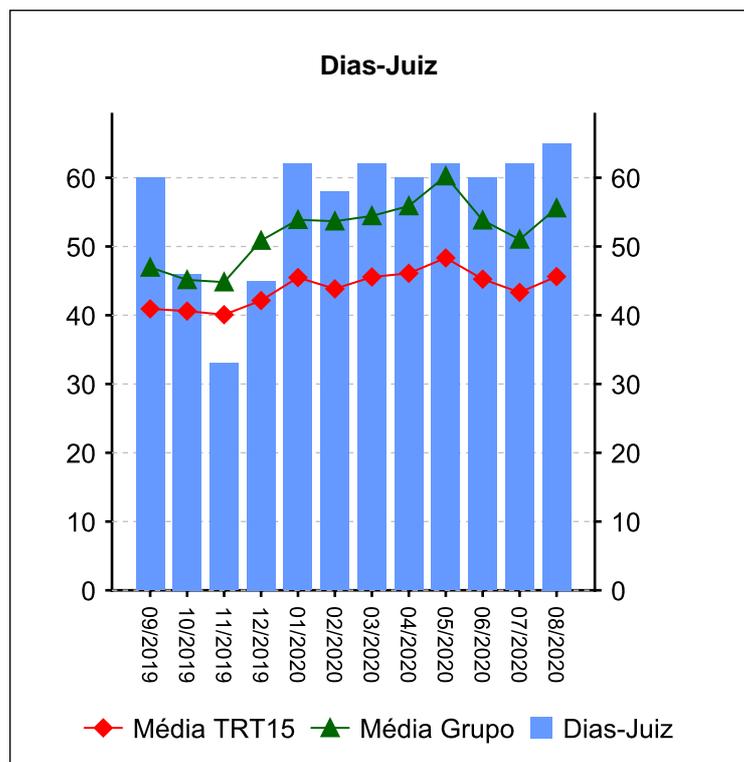
[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2019	38	100	57	84	19	298
10/2019	1	25	33	50	9	118
11/2019	25	88	29	44	9	195
12/2019	9	17	25	24	8	83
01/2020	6	18	27	39	59	149
02/2020	30	47	46	83	81	287
03/2020	8	39	30	51	59	187
04/2020	1	1	0	0	0	2
05/2020	11	5	0	32	0	48
06/2020	85	15	1	12	34	147
07/2020	30	0	0	1	13	44
08/2020	0	0	0	0	0	0
Total	244	355	248	420	291	1558



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
09/2019	60
10/2019	46
11/2019	33
12/2019	45
01/2020	62
02/2020	58
03/2020	62
04/2020	60
05/2020	62
06/2020	60
07/2020	62
08/2020	65
Média Mensal	56,3



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	806	67,2	40,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.141	95,1	56,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.947	162,3	97,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	283	23,6	14,1
Incidentes Processuais Resolvidos	661	55,1	32,9
Dias-Juiz	602	50,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	41.417	80,3	46,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	56.348	109,2	63,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	97.765	189,5	109,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	11.847	23,0	13,2
Incidentes Processuais Resolvidos	36.970	71,6	41,3
Dias-Juiz	26.842	52,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	120.245	65,5	42,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.408	89,0	58,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	283.653	154,5	100,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	33.747	18,4	12,0
Incidentes Processuais Resolvidos	104.163	56,7	37,0
Dias-Juiz	84.531	46,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

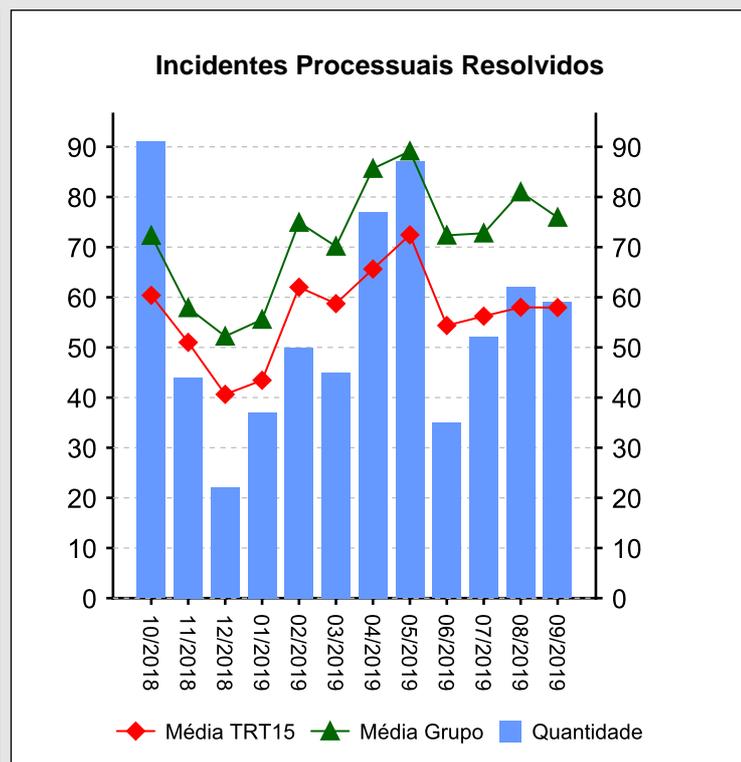
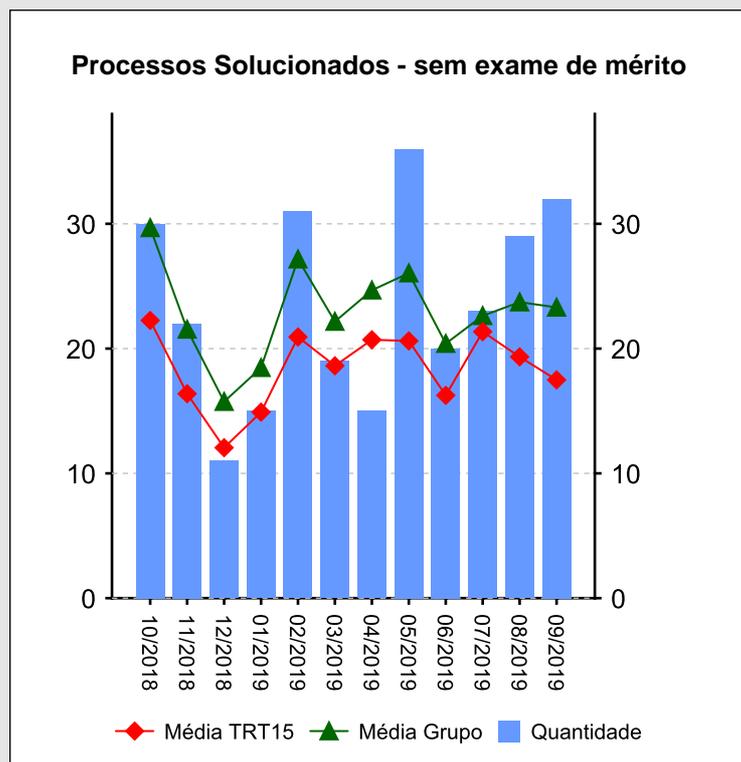
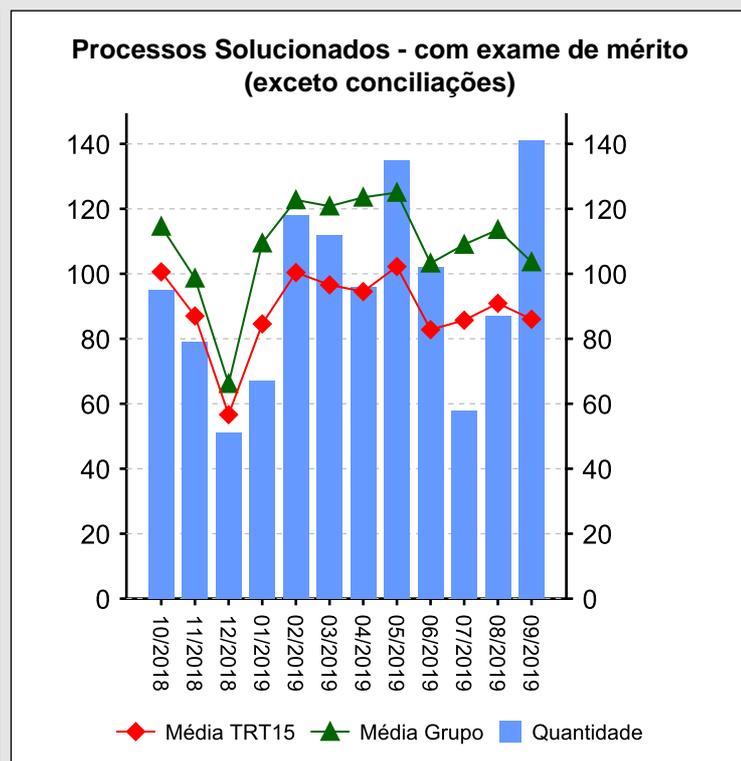
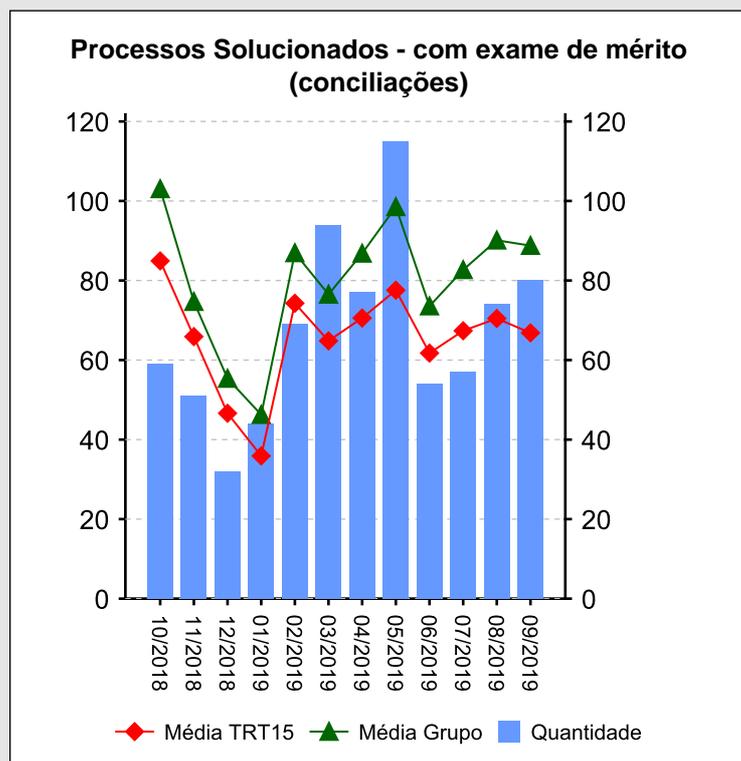
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	797	66,4	39,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	690	57,5	34,4
Sessões de audiência realizadas - una	599	49,9	29,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	381	31,8	19,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	636	53,0	31,7
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.289	107,4	64,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	1.017	84,8	50,7
Dias-Juiz	602	50,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	26.842	52,0	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.531	46,0	---

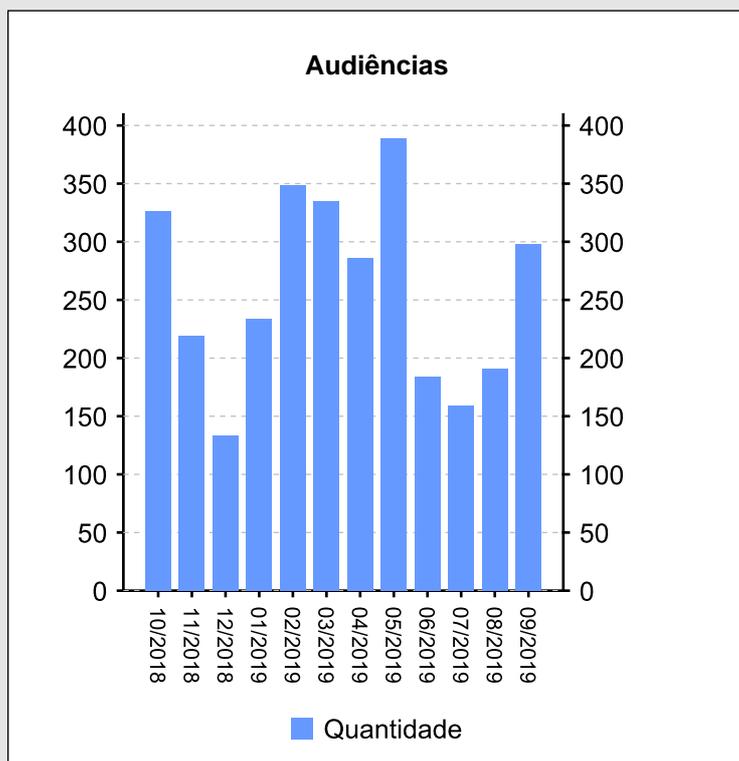
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

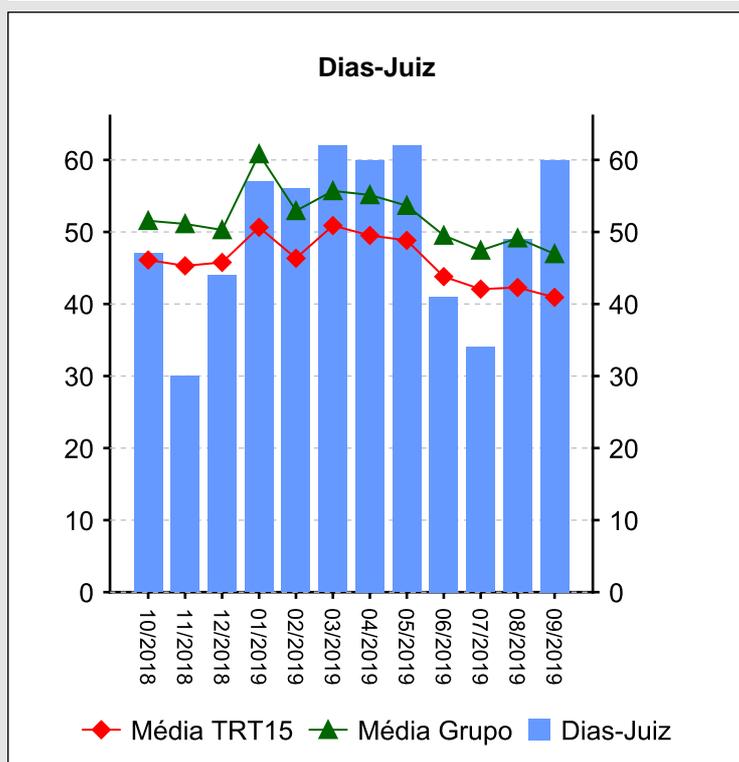
[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
10/2018	52	36	101	64	73	326
11/2018	35	91	39	24	30	219
12/2018	14	27	43	22	27	133
01/2019	17	53	55	61	48	234
02/2019	21	49	119	68	92	349
03/2019	41	61	97	63	73	335
04/2019	29	30	89	70	68	286
05/2019	80	63	72	87	87	389
06/2019	11	44	36	48	45	184
07/2019	25	42	33	39	20	159
08/2019	18	40	56	60	17	191
09/2019	38	100	57	84	19	298
Total	381	636	797	690	599	3103



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
10/2018	47
11/2018	30
12/2018	44
01/2019	57
02/2019	56
03/2019	62
04/2019	60
05/2019	62
06/2019	41
07/2019	34
08/2019	49
09/2019	60
Média Mensal	50,2



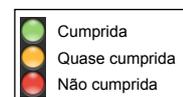
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

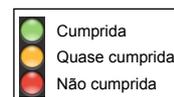
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1591	2166	1591	0	133	180	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017

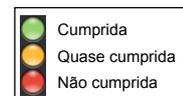
Processos distribuídos até 31/12/2017	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2771	2549	2403	146	180	50	28 %	94 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
1001	544	1001	457	83	45	54 %





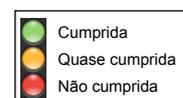
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

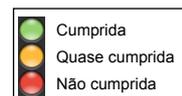
Processos pendentes da meta em 31/12/2016	Processos solucionados a partir de 01/01/2017	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
11	11	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2017 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2017	Prazo Médio em 2019	Meta	Grau de Cumprimento
291	364	279	70 %





13 - ARRECADAÇÃO [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 147.129,06	R\$ 380.654,78	R\$ 4.060.641,75



14 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2014	1
2016	25
2017	153
2018	228
2019	323
2020	669



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários, agravos de petição e recursos adesivos interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”; processa o agravo de petição somente quando o agravante delimita, justificadamente, as matérias e os valores impugnados e se o ato impugnado comportar recurso;

15.2 – ordena imediatamente, após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

15.3 – não determina a citação do(s) sócio(s), quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora. Porém, a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos dos artigos 133 a 137 do CPC;

15.4 – fazia uso do sistema BACENJUD, ora substituído pelo Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD. Até a presente data, não foi possível aferir a quantidade de ordens de bloqueio de valores emitida, tampouco a existência de eventuais pendências, por tratar-se de sistema em implementação, que tem apresentado impedimentos técnicos.

15.5 – há audiências telepresenciais designadas em 5 (cinco) dias da semana;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 355 (trezentas e cinquenta e cinco) no período de 09/2019 a 08/2020;

15.7 – não exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro do MMº Juiz Substituto Auxiliar Fixo Sidney Pontes Braga.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema; mormente liquidação de sentença; quitação; oposição de embargos e data de conclusão aos MMºs Juízes para sentença e incidentes; número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade no questionário pré-correicional, há audiências agendadas com regularidade até:

16.1 – PAUTA REGULAR

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ <i>(Data mais distante)</i>	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO (número de processos)	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (número de dias)
INICIAIS/ Ord:	27/01/2021	19	128



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



INICIAIS/ Sum:	-	-	-
UNAS/ Ord:	04/02/2021	-	136
UNAS/Sum:	02/02/2021	16	134
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	05/07/2021	19	287
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	-	-	-
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	24/02/2021	-	156
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	-	-	-
CONCILIAÇÃO:	02/02/2021	-	134
MEDIAÇÃO:	15/10/2020	1	28
INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	28/01/2021	-	129

Observações: não há distinção entre as audiências de instrução com ou sem perícia e entre ordinário e sumaríssimo. Não temos audiência inicial pelo Rito Sumaríssimo. Juiz Auxiliar Fixo - as mesmas datas.

16.2 – PAUTA TELEPRESENCIAL

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ <i>(Data mais distante)</i>
INICIAIS/ Ord:	27/01/2021
INICIAIS/ Sum:	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



UNAS/ Ord:	04/02/2021
UNAS/Sum:	02/02/2021
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	05/07/2021
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	-
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	04/02/2021
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	-
CONCILIAÇÃO:	02/02/2021
MEDIAÇÃO:	15/10/2020
INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	28/01/2021

Observações: todas as audiências de 2020 foram designadas de forma telepresencial, sendo retiradas de pauta somente no caso em que ambas as partes não concordam. As audiências que foram colocadas na pauta do ano 2021 a princípio são presenciais, todavia, caso necessário, serão convertidas em telepresenciais. Juiz Auxiliar Fixo - as mesmas datas.

16.2.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS TELEPRESENCIAIS

(fonte: Vara do Trabalho)

Juiz Titular / Juiz Substituto

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	3	2	3	-	-	8
	tarde	-	-	-	-	-	-
terça	manhã	3	2	3	-	-	8



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



	tarde	-	-	-	-	-	-
quarta	manhã	3	2	3	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
quinta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	CEJUSC	10
sexta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-

Observações: As audiências de mediação são colocadas na pauta do CEJUSC em duas quintas feiras por mês

Juiz Auxiliar Fixo (se houver)

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
terça	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
quarta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	3	2	3	-	-	-
quinta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	3	2	3	-	-	-
sexta	manhã	3	2	3	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-

Em virtude da situação excepcional, a análise da pauta de audiências e dados correlatos (prazo médio, composição da pauta, etc.) resta prejudicada em face da superveniência das Portarias Conjuntas GP-VPA-VPJ-CR n°s 003 e 005/2020 que dispõem sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), bem como da Portaria GP nº 25/2020, que institui Grupo de Trabalho visando à implementação e ao acompanhamento das medidas de retorno gradual ao trabalho presencial no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Nada obstante às observações feitas pela Unidade, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional determina que os MMs. Juízes mantenham a designação das audiências (audiências iniciais e de instrução), a fim de que não haja pendências, sob pena de responsabilidade, na forma da recomendação do Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, contida no Ofício Circular SECG/CGJT nº 064/2020, de 26 de agosto de 2020. Dando-se, assim, cumprimento ao Ato Conjunto CSJT.GP. VP e CGJT. nº 006, de 4 de Maio de 2020, e ao Ato Nº 11/GCGJT, de 23 de abril de 2020, que tratam, entre outros assuntos, da realização de sessões de julgamento telepresenciais.

Nesse sentido, a Corregedoria Regional orienta ainda que a realização das audiências esteja alinhada ao Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância deste Tribunal Regional.

No aspecto do prazo para realização das audiências, a Corregedoria Regional entende relevante que se apresente um breve histórico do que está em curso com relação ao Fórum de São José do Rio Preto, como passa a fazer:

dezembro/2017. Protocolo nº 8676/2017 – DG. A Associação de Proteção à Cidadania - APC pleiteia no E. Regional a apuração de problemas relativos à prestação jurisdicional no Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto, sobretudo quanto à demora na realização de audiências (rito ordinário), número de servidores, designação de magistrados e remoção de processos arquivados para outro local. Junta atas de correições de 2017;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



janeiro/2018. Esta Corregedoria Regional fornece dados extraídos em 15/janeiro/2018 das quatro Varas do Trabalho de São José do Rio Preto à Presidência;

agosto/2018. Decisão exarada no Protocolo nº 8676/2017 – DG: “Trata-se de requerimento formulado pela Associação de Proteção à Cidadania – APC, [...] A Secretaria de Gestão de Pessoas, a Assessoria de Apoio aos Magistrados, a Corregedoria Regional e a Secretaria Judiciária prestaram esclarecimentos no âmbito deste expediente. Diante das informações prestadas, concluo que as providências pretendidas pela associação requerente, dentro das possibilidades deste Tribunal, estão sendo tomadas para dar efetividade à prestação jurisdicional, tornando-se de desnecessária, por ora, a instauração do procedimento indicado pela requerente. Dê-se ciência de todas as informações prestadas e dos termos deste despacho à requerente e às unidades jurisdicionais da localidade. Após, archive-se. Campinas, 16 de agosto de 2018 (A) Desembargador Fernando da Silva Borges – Presidente do TRT da 15ª Região”;

fevereiro/2019. Autuação do Pedido de Providências/Procedimento de Controle Administrativo no CSJT, em virtude de Pedido de Providências no CNJ, requerido pela APC;

julho/2019. Despacho exarado no Pedido de Providências/Procedimento de Controle Administrativo no CSJT: “[...] Portanto, em não tendo havido lesão à norma legal, norma constitucional, ou de decisão com caráter normativo deste Conselho ou do CNJ, tenho que o presente pedido é manifestamente estranho à competência deste Conselho, razão pela qual não conheço do presente Procedimento de Controle Administrativo, **extinguindo o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 31, IV, do regimento interno. Dê-se ciência à requerente e à requerida.** Publique-se. Brasília, 30 de julho de 2019. (a) Desembargadora Vania Cunha Mattos – Conselheira Relatora” [grifamos];

outubro/2019. Presidência do TRT recebe do CNJ pedido para prestar informações dos fatos anotados no Pedido de Providências autuado naquele órgão e requerido pela APC relativos ao Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto. Objeto do requerimento:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



demora na realização das audiências nos processos de rito ordinário, ao número insuficiente de servidores e à designação de magistrados. ;

outubro/2019. A pedido da Presidência do E. Regional, esta Corregedoria Regional presta informações sobre as Varas do Trabalho do Fórum de São José do Rio Preto. Constatou das informações que a última correição (2018) determinou a apresentação de plano de ação com medidas para reduzir o prazo para realização das audiências para até seis meses (180 dias) ao longo do período de um ano. Todas as Unidades apresentaram seu plano, com foco na mediação

novembro/2019. A Assessoria de Apoio aos Magistrados também se manifesta: “[...] Assim, esta Assessoria, como sempre fez, continuará a observar, nos rodízios periódicos de designações, os critérios estabelecidos pelos normativos vigentes e pela Administração do Tribunal, buscando, no caso em tela, quando viável tecnicamente, encaminhar juiz substituto visando a cobertura dos afastamentos dos Excelentíssimos Juízes que atuam no FT de São José do Rio Preto.[...] Campinas, 4 de novembro de 2019. (A) Itamir Carlos Barcellos Junior – Assessor de Apoio aos Magistrados”

julho/2020. A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho se manifesta quanto ao Pedido de Providências no CNJ, requerido pela APC. “[...] Diante das alegações da requerente, determino que seja encaminhado ofício à Presidência do Tribunal Regional da 15ª Região, com cópia do presente processo, para ciência, apuração dos fatos e adoção das providências cabíveis, no que se refere à alegação de ineficiência dos serviços prestados no Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto – SP, devendo as informações serem prestadas no prazo de 30 (trinta) dias. Recebidas as informações, voltem-me conclusos. BRASÍLIA, 16 de Julho de 2020. (a) Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho”

julho/2020. A pedido da Presidência do E. Regional esta Corregedoria Regional presta informações resultantes do acompanhamento pós-correicional do ciclo 2019 das 4 Varas do Trabalho do Fórum de São José do Rio Preto. A última correição determinou, salvo para a 4ª Vara do Trabalho, a apresentação de plano de ação que propiciasse, ao menos, redução de 30% no prazo para realização das audiências, notadamente, naquelas que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



estavam com prazos superiores a 6 (seis) meses. Para a 4ª VT foi reconhecido que a ausência do MMº Juiz titular, sem designação regular de Juiz substituto, compromete a busca pela redução no prazo para realização das audiências. **1ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências de instruções tiveram o prazo de realização reduzido de 568 (quinhentos e sessenta e oito) para 360 (trezentos e sessenta) dias. Por sua vez, as audiências unas do rito ordinário tiveram o prazo para sua realização aumentado para 277 (duzentos e setenta e sete) dias. A Unidade informou que, até 10/12/2019, as pautas foram readequadas, em cumprimento à Meta do CNJ, para o primeiro semestre de 2020, audiências agendadas para o ano de 2021, a serem alocadas no segundo semestre de 2020, após a realização de pautas de mediação que restassem infrutíferas (mediações, retomadas a partir de 13/05/2020). **2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências de instrução do rito ordinário (com ou sem perícia) houve redução de 109 dias em relação ao verificado em correição, audiências Unas do rito ordinário tiveram aumento de 91 dias em relação ao verificado em correição. **3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências Iniciais e Unas dos processos do rito ordinário houve uma redução de 59 dias em relação ao verificado em correição. **4ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** As Instruções do rito ordinário (com ou sem perícia) tiveram uma redução de 88 dias em relação ao verificado em correição. Por sua vez, as audiências iniciais do rito ordinário sofreram um aumento de 35 dias em relação ao verificado em correição. De forma geral, o acompanhamento do prazo para a realização das audiências, a avaliação da efetividade dos planos propostos e, conseqüentemente, quaisquer medidas voltadas ao concreto ajuste das pautas foram severamente prejudicados pela superveniência do regime excepcional de trabalho remoto neste contexto de pandemia. Ainda assim, dentro das limitações fáticas, reconhece-se que as audiências que admitem a modalidade telepresencial estão sendo realizadas - assim como as demais tramitações processuais; **agosto/2020.** A Pedido da Presidência do E. Regional a Assessoria de Apoio aos Magistrados informa-a dos recursos alocados e encaminhados para substituição das férias e outros afastamentos dos dois juízes atuantes (juiz titular e/ou juiz substituto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



fixado) em cada unidade do FT de São José do Rio Preto ou para auxílio para julgamentos de processos pendentes, do final de 2019 até a presente data;

agosto/2020. Informações encaminhadas à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

agosto/2020. Resposta da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de que **“há necessidade de se promover ação coordenada pela administração local no sentido de se alcançar uma estratégia concreta** visando melhorar, significativamente, o atendimento jurisdicional prestado no Fórum de São José do Rio Preto-SP, especialmente no tocante à demora na realização das audiências que, de fato, contam com agendamento bastante distante. Tem conhecimento de que estão agendadas correições ordinárias nas quatro Varas do Trabalho de São José do Rio Preto para os dias 28 e 29 de setembro próximo (edital CR nº 6/2020). Concessão de prazo **para que seja apresentado um plano de ação, aprovado pela Corregedoria Regional**, visando o enfrentamento da morosidade relatada no presente expediente. [...] Recebidas as informações ou transcorrido o prazo, voltem-me conclusos. BRASÍLIA, 24 de Agosto de 2020 (A) Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho” [grifamos]”. Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça requerendo o elastecimento do prazo para a Corregedoria-Geral apresentar suas conclusões.

setembro/2020. A pedido da Presidência do E. Regional esta Corregedoria Regional presta informações sobre: a atuação do Grupo de Apoio às Unidades Judiciárias de 1ª Instância nas 4ª e 3ª Varas do Trabalho nessa ordem; o excesso de prazo para realização de audiências já foi objeto de atenção da Corregedoria Regional em Correições Ordinárias anteriores e ensejou determinação, para planejamento pelos Magistrados responsáveis, de medidas para aproximação das audiências designadas em prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias - contando somente com a força de trabalho já existente. A situação se agravou em virtude da pandemia. Sugere a realização de mutirão para realização de audiências, com designação de outros magistrados para o Fórum, com a participação da Secretaria de Gestão de Pessoas para coordenar projeto voltado ao suporte da atuação jurisdicional em audiência. Para elaboração de plano de ação sugere a participação dos magistrados do Fórum, bem como do Núcleo Permanente de Métodos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec). Esta Corregedoria Regional entende que a deliberação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho possui “efetiva feição multidisciplinar e demanda os esforços conjuntos de diversas áreas deste Regional, a serem coordenados conforme planejamento da douta Presidência do Tribunal, para reversão do quadro de excesso de prazo na realização de audiências verificado no Fórum de São José do Rio Preto. [...] Campinas, 1º de setembro de 2020. (A) MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA – Corregedor Regional”.

setembro/2020. A Presidência deste Regional determina que o NUPEMEC e a Secretaria de Gestão de Pessoas tomem conhecimento e prestem auxílio, no que couber, na elaboração do Plano de Ação para enfrentamento da morosidade no FT de São José do Rio Preto.

Seguiram-se, assim, manifestações do NUPEMEC e da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Até a data da presente Correição Ordinária, o PROAD correspondente encontra-se sob responsabilidade do Gabinete da Diretoria Geral, para deliberações e prosseguimento.

A saber, por fim, a Corregedoria Regional fiscalizará os resultados do plano que está em elaboração, conforme previsto no projeto correspondente.

17 - FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE EXECUÇÃO E LIBERAÇÃO DE VALORES POR MEIO DO PROJETO GARIMPO DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL DEFLAGRADO PELA PANDEMIA DA COVID-19.

A Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 003/2020, que dispôs sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), estabeleceu, dentre outros pontos, a priorização da liberação de numerários em processos aptos para tanto, “*cabendo aos magistrados avaliar a possibilidade de deferimento de liberação de valores incontroversos*”.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Por sua vez, a Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 005/2020, que prorrogou as medidas de enfrentamento à pandemia decorrente da COVID-19 previstas na Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nºs 003/2020, recomendou aos Magistrados que priorizem a pesquisa patrimonial nos processos mediante a utilização dos sistemas eletrônicos como o BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, CCS e SIMBA visando a garantia integral da execução e a continuidade da prestação jurisdicional, diante dos obstáculos técnicos enfrentados para a utilização de outros convênios em razão do trabalho remoto inesperado e compulsório.

Em cumprimento às determinações acima, a 2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto informou a utilização regular das ferramentas eletrônicas, especialmente Bacenjud, Infojud, Renajud, CCS, Simba, bem como o saneamento de 2 (duas) contas judiciais e a liberação de R\$ 18.755,39 (dezoito mil setecentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos) por meio do Projeto Garimpo, até a 21/09/2020.

A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional reconhece o empenho dos MMos. Juízes e de todos os servidores que atuam na Unidade e recomenda que seja intensificada a dedicação ao Projeto Garimpo, como forma de destinar recursos aí identificados, para o combate à COVID-19. Tudo, com rigorosa observância do Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019 que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente e as disposições da Recomendação nº 09/GCGJT, de 24 de julho de 2020, do Ofício Circular nº 02/2020-CR e da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº 9/2020.

Recomenda, ainda, que os valores que se encontrem em processos físicos sejam liberados com igual celeridade, observando-se os termos do parágrafo 4º, alíneas a e b, do artigo 11, da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº 9/2020. Se imprescindível o desarquivamento dos autos físicos, que ele ocorra tão logo seja retomado o trabalho presencial.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



18 – SITUAÇÃO ATUAL DA UNIDADE - MEDIDAS IMPLEMENTADAS OU AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA (COVID-19) - CONSTATAÇÕES:

No questionário pré-correicional, o Senhor Diretor de Secretaria da Unidade informou que:

Particularmente eu, Diretor de Secretaria tive problemas com o computador e tive que trocar e, a partir disso não houve como acessar o domínio do Tribunal de minha casa e, após orientação da Corregedoria, passei para outro servidor que tem me passados todos os dados referentes ao e-Sincor, e-Remessa, dentre outros.

Na gestão, estamos tendo que ter muita atenção, pois à distância fica um pouco complicada a análise das tarefas dos demais servidores. No mais, são muitas intercorrências a serem atendidas, tais como watts-app, e-mails, ligações telefônicas, controle de e-docs, mas procuramos estabelecer alguns critérios de atendimentos junto aos servidores, e seguir uma planilha de atendimentos a serem realizados.

No início da pandemia alguns de nós passaram por dificuldades emocionais devido ao isolamento, aos casos de COVID entre familiares. Procuramos amenizar tais dificuldades na base da conversa e do apoio emocional que alguns necessitavam.

Por fim, a grande dificuldade está sendo na questão das intimações por correio, pois, além de muitos não possuírem impressoras e, tampouco, computadores em casa, tivemos que fazer escalas de fechamento do correio, indo, a cada semana, um servidor até a Secretaria para imprimí-las e efetuar o fechamento da relação do correio. O controle do que foi realmente expedido fica mais complexo, mas estamos, na medida do possível, dando conta.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



A Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional frisou a necessidade de manter a ênfase em providências e/ou estratégias que possam aprimorar a gestão do trabalho e das pessoas no período de isolamento.

Em reunião por videoconferência, a Corregedoria Regional pede atenção do Senhor Diretor de Secretaria e de seu Assistente quanto: aos incidentes processuais (item 5), à quantidade de recursos sem juízo de admissibilidade (item 6), e as maiores idades médias (item 8), sobretudo quanto ao processo da fase de execução.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – Manter o registro nos autos, mediante despacho, da determinação ou solicitação de envio e expressa anuência do juiz que está na direção do processo, pelas regras de distribuição, antes de proceder à remessa dos autos ao CEJUSC (Art. 75 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.2 – Não se recusar, como Juízo Deprecado, ao cumprimento de carta precatória inquiritória pela ausência de depoimentos pessoais das partes ou dos quesitos (Art. 85, § 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.3 – Manter a anotação de CTPS realizada pela secretaria da vara do trabalho sem identificação do servidor responsável, nem sequer indicação da existência de determinação judicial a respeito e com expedição de certidão consignando a determinação judicial de anotação a fim de confirmar a autenticidade do registro, a qual é entregue ao trabalhador acompanhada do documento (Art. 92, §§ 1º e 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.4 – Observar com rigor o Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente e as disposições da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



9/2020.

19.5 – Manter a observância do Comunicado CR nº 13/2019, o qual divulga os procedimentos a serem observados no arquivamento de processos judiciais e dá outras providências;

19.6 - Manter a revisão periódica dos processos em execução que se encontram em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas Eletrônicos de pesquisas patrimoniais, conforme estabelecido na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (Art. 108, III da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.7 – Observar com rigor os normativos: Ordem de Serviço CR nº 02/2019 (cadastramento de execução fiscal ou exclusivamente previdenciária no EXE 15); Portaria CR nº 07/2019 (análise de petição com depósito de valores); Provimentos GP-CR nº 03 e nº 05/2019 (notificações para entes públicos); Recomendação CR nº 06/2019 (evitar negar processamento ao agravo de instrumento); Recomendação CR nº 07/2019 (incluir nas atas de audiência frase sobre o aplicativo “Mobile”); Comunicado CR nº 7/2019 – controle RPV / Precatório; Comunicado CR nº 11/2019 (utilização de cartas simples); Comunicado CR nº 16/2019 (necessidade de encerramento da execução antes do arquivamento definitivo), Provimento GP-VPJ-CR nº 002/2020 (normas procedimentais para remessa de recurso).

19.8 – Fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do artigo 886 do CPC, a isenção do arrematante com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular (Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



19.9 - Realizar semanalmente audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando aqueles com maior possibilidade de êxito na composição (art. 108, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

19.10 - Observar com rigor a Ordem de Serviço CR nº 4/2020 que normatiza a autoinspeção ordinária anual nas unidades de primeira instância e dá outras providências, atentando-se à sua realização no prazo 6 (seis) meses a contar da data da correição ordinária anual.

19.11 - Observar os termos do Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

20 - ATENDIMENTOS:

A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional atendeu, por videoconferência no sistema *Meet*, aos advogados previamente inscritos.

Ângela Priscila Machado Gimenez, OAB nº 422.686/SP, que relatou sobre dois processo que tramitam na Unidade (Processos 10288-32.2020.5.15.0044 e 10652-04.2020.5.15.0044), com prazo em curso para juntada de video com audio, concedido antes da pandemia. Relatou que tentou realizar a entrega em CD e em pendrive. Foi requerida a juntada por link, na própria petição, com a devida autorização de quem concedeu o vídeo. Em outro processo, a ré teria um áudio. Diz a advogada que as 1ª e 3ª VT autorizaram a apresentação de link que dá acesso a esses conteúdos.

Foi dito pela Sua Excelência a Vice-Corregedora Regional que a decisão final cabe aos MM. Magistrados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Compareceu o Presidente da OAB de São José do Rio Preto Marcelo Henrique, OAB nº 131.118/SP, em nome de seus representados, e relatou ter feito parte da Associação de Proteção à Cidadania (APC), que busca soluções às suas demandas desde 2016/2017. A demanda atual diz respeito às audiências telepresenciais.

Quanto às demandas da APC, informa a Sua Excelência a Vice-Corregedora Regional que, até a presente data, elas não puderam ser atendidas em razão da falta de magistrados para realização de um mutirão. Mencionou também a falta de servidores, as subsequentes aposentadorias sem reposição e a limitação orçamentária. De qualquer modo, antecipa ao senhor advogado o plano de ação que será implementado, conforme determinação do Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho.

O Presidente da OAB local indaga ainda se há possibilidade de que servidores de outras unidades contribuam na atuação das Varas do Trabalho do Fórum de São José do Rio Preto. Sua Excelência a Vice-Corregedora Regional informa-o sobre a atuação da Corregedoria Regional com o Grupo de Apoio às Unidades Judiciárias de 1ª Instância nas 4ª e 3ª Varas do Trabalho nessa ordem.

Por fim, o Presidente da OAB se despede, colocando a OAB local como parceira da Justiça do Trabalho.

O senhores Henrique A. Dias, OAB nº 73.907/SP, e Luk Matheus dos Santos, CPF nº 411.088.608-26, embora inscritos, não compareceram à reunião.

21 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

21.1 – A MMª Juíza Titular Adriana Fonseca Perin reside na jurisdição.

21.2 – O MMº Juiz Substituto Auxiliar Fixo Sidney Pontes Braga reside na sede da circunscrição.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



21.3 – A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional conversou remota e reservadamente com os Magistrados.

21.4 – Foi informado pelo Senhor Diretor de Secretaria da Vara que foram expedidos ofícios eletrônicos às Subseções da OAB da jurisdição informando sobre a correição ordinária.

22 – ENCERRAMENTO:

No dia 28 de setembro de 2020, às 17h00, encerraram-se os trabalhos e eu, Suely Suzuki, Coordenadora de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.